

**- XXXII -****NEOCOLONIALISMO E INOVAÇÃO: PARA QUÊ E A QUEM SERVE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL?****Elenira Lima Pompe Perrelli Teixeira<sup>16</sup>****INTRODUÇÃO**

Ao analisar a nossa sociedade, nos deparamos o quanto houve mudanças que transformaram significadamente a vida das pessoas, em sua forma individualizada e geral. Dentre estas mudanças está a colocação das pessoas no mercado de trabalho, que tem exigido requisitos para a inserção, ou até mesmo a preocupação em se manter nele.

A qualificação do profissional hoje é um requisito obrigatório praticamente em todos os seguimentos. Nos editais de concurso de Gari, por exemplo, já há a exigência de que o candidato tenha, ao menos, o segundo grau completo.

Há algumas décadas toda esta preocupação na qualificação não era estritamente necessária. A velocidade nas mudanças decorrentes da política, economia, mudanças sociais e culturais da sociedade moderna exige essa qualificação. A globalização, informatização e sociedade do conhecimento são alguns dos fatores na “Nova Era” que demonstram esta preocupação de se estar inserido, pois aquele que não se capacita, provavelmente não encontrará um bom trabalho.

---

<sup>16</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) da UNIT-AL - Coordenadora do Curso de Direito e Professora de Direito Processual Penal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió - FAMA  
[elenirapompe@gmail.com](mailto:elenirapompe@gmail.com)

No que concerne à Educação do Ensino Superior, no que versa o MEC – Ministério da Educação e Cultura, a qualificação, junto à titulação, está entre os requisitos hoje mais exigidos aos profissionais deste segmento, principalmente em relação aos professores.

Apesar da necessidade desta qualificação por parte dos membros de nossa sociedade moderna, tem-se o obstáculo do tratamento dado a estas instituições, que muitas vezes visam basicamente o lucro em desconformidade com a excelência na oferta do ensino, daí formando profissionais que não estão aptos a exercer certas atividades após a sua formação.

Também resta salientar que a temática inovação é uma realidade no sistema educacional brasileiro. Ela foi colocada como a solução para problemas educacionais estruturais e complexos. Como decorrência, em nome da inovação, têm-se legitimado propostas conservadoras, homogeneizado políticas e práticas e promovido a repetição de propostas que não consideraram a diversidade dos contextos sociais e culturais.

Além disso, a temática inovação foi tratada como algo à parte das teorias sobre a mudança educacional. Daí a necessidade de integrar ambos os conceitos e de fazer uma reflexão mais geral que envolva a mudança na área.

Este artigo, elaborado a partir de referências bibliográficas e da experiência desta autora como coordenadora de curso de ensino superior, analisa os fenômenos relacionados ao neocolonialismo, a inovação, e a mercantilização da educação superior brasileira. Pretende demonstrar a necessidade de mudanças e inovações em nosso sistema educacional superior, além de que o processo de mercantilização é limitador nas possibilidades da política pública educacional, além de mostrar-se incompatível com os princípios que norteiam o processo educativo.

## **ENTENDENDO O NEOCOLONIALISMO E A INOVAÇÃO**

Entende-se por neocolonialismo o fenômeno que aconteceu no final do século XIX através da qual grande parte das nações européias saíram à conquista de novas terras que consideravam como ainda não civilizadas, especialmente a África e outras regiões do sul da Ásia.

Esse “novo colonialismo” é entendido como novas formas de colonização, podendo ser usado em diferentes momentos da história pós-encontro América e Europa, que seria então a época do primeiro colonialismo.

Atualmente falamos nos tipos: colonialismo político, colonialismo econômico e colonialismo cultural.

Falando em Inovação têm-se por inovar introduzir mudanças num objeto de forma planejada visando produzir melhoria no mesmo. Por mudança deve-se entender uma alteração significativa de algo entre um primeiro e um segundo momento (MONTEIRO, 2014).

A análise do conceito de inovação sob uma perspectiva pedagógica depende do conceito atribuído à educação que oriente o procedimento de inovação, que deve ser tomado como ser parâmetro.

Inovações quanto aos currículos escolares, métodos e técnicas de ensino, materiais e tecnologias empregadas em sala de aula, relação aluno-professor e avaliação educacional estão entre as mudanças surgidas no cenário educacional brasileiro.

Portanto, entende-se por inovação educacional como um dos processos de mudança social e analisaremos mais adiante estas perspectivas acima elencadas.

É possível, portanto, inovar, diante de fatores como a dominação política e econômica em nosso país? Discorreremos mais adiante.

## **A EDUCAÇÃO NO BRASIL – ASPECTOS GERAIS**

Falar em Educação no Brasil é abrir margem para que vários pontos críticos, praticamente inesgotáveis, sejam colocados sob os diversos aspectos.

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior.

É notório em nossa sociedade que a educação, já no Ensino Básico, não condiz com o que preza a nossa Carta Magna: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

A escola pública, antigamente tão bem elogiada por ter um ensino de excelência, hoje desfruta de má qualidade. Diante deste fato, acaba por ocorrer o chamado “efeito dominó”, atingindo os demais níveis da escolaridade, não possibilitando àquele que ingressa neste ensino ter um papel consciente na sociedade para o devido exercício da cidadania, além de possibilitá-lo ao acesso nos postos de trabalho, principalmente neste momento em que vários destes empregos estão sendo substituídos por máquinas automatizadas.

Portanto, têm-se o Ensino Fundamental como condutor da formação integral da criança e a preocupação encontra-se na discussão das finalidades essenciais do ensino, para

que não seja ele somente uma excessiva e indiscriminada oferta de informações, muitas vezes disponibilizadas de maneira equivocada.

Nos últimos 70 anos, mudanças significativas ocorreram na educação brasileira, dos sistemas escolares até as salas de aula, sendo algumas destas ações surgidas de forma planejada, e outras através de modismos. (GARCIA, 19, pg. 64).

Em relação aos currículos escolares, observa-se que o Brasil tenta há vários anos mudanças na organização curricular. Exemplo mais recente esteve na Reforma do Ensino Médio, que trouxe um conjunto de novas diretrizes para o ensino médio implementadas via Medida Provisória apresentadas pelo governo federal em 22 de setembro de 2016.

Várias foram as mudanças, a exemplo de que os professores não vão mais precisar ter diploma na área em que dão aulas, a flexibilização de metade do currículo básico (os alunos poderão escolher algumas matérias), fim da obrigatoriedade de educação física, artes, sociologia e filosofia (o governo voltou atrás neste ponto) e incentivos para aumentar as escolas com ensino integral, entre outras.

Essa reforma foi bastante criticada, pois muitos afirmam que o governo impôs essas mudanças sem conversar com a sociedade - alunos, professores, diretores, educadores e familiares do alunado. O debate, de fato, era de suma importância para estas mudanças. Além disso, especialistas em educação criticaram as metas que foram adotadas pela Medida Provisória, que foram baseadas em um projeto de 1996, considerado muito atrasado para os dias de hoje (FARJADO, 2017).

Voltando às inovações, em relação aos métodos e técnicas de ensino, essa é a área que mais se encontra tentativas em fazer mudanças. Muitos professores, atualmente, tentam encontrar novos métodos para aplicar em sala de aula, visando uma melhor compreensão do alunado e de, também, se manter no mercado de trabalho, trazendo um diferencial entre os demais.

Quanto aos materiais e tecnologias empregadas, é notório como a tecnologia da informática está inserida em nosso cotidiano, portanto, não podendo estar longe dos estabelecimentos educacionais. Recursos de multimídia, computadores e tablets, internet são alguns dos muito utilizados em várias instituições de ensino.

Porém, estas tecnologias ficam a cargo do professor querer utilizá-las, podendo ele, inclusive, incorporar tecnologias criadas por ele próprio para fazer frente aos desafios apresentados aos alunos, procurando buscar um melhor rendimento deles.

Outra questão importante também de se analisar é a da relação aluno-professor. Atualmente não encontramos, de forma geral, uma relação autoritária como era antigamente. O professor está mais próximo de seu aluno na condução da aprendizagem, o que, por muitas vezes acabam por

confundir a figura do docente em sala de aula. Várias são as críticas a respeito desta nova postura do professor, que por muitas vezes não exige do aluno como deveria, pois, o mesmo muitas vezes confunde a figura do professor com a de um amigo, onde pode surgir certas permissividades e a não exigência em uma aprendizagem mais eficaz.

Aqui não se confunde a autoridade com a inflexibilidade por parte do docente. A autoridade está mais relacionada ao tratamento respeitoso do aluno ao professor, sabendo que este tem a autonomia dentro da sala de aula.

Portanto, assim como muito se discute em relação ao ensino fundamental, preocupações não deixam de existir quando falamos em Educação Superior. Apesar das exigências colocadas pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases de 1996, das mudanças globais, nas transformações das percepções quanto à qualidade de ensino, ainda assim outros interesses acabam sendo evidenciados que acarretam no comprometimento da qualidade deste ensino e, conseqüentemente, de profissionais preparados para exercer suas atividades dentro do mercado de trabalho.

### **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: INSTITUIÇÃO SOCIAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO (NEOCOLONIALISMO)**

Como demonstrado ao longo desta exposição, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho é uma realidade.

Simões (2007, pg. X) observa as dificuldades existentes já no início do século:

No início do século XXI, o Brasil enfrenta grandes dificuldades de atender à sua população e, em particular, aos jovens nos seus direitos básicos de uma educação de qualidade para todos e de trabalho não alienado. O trabalho informal e o subemprego predominam nas relações de produção e a expansão quantitativa da escolarização tem se caracterizado como uma oferta degradada para os setores populares. Um grande contingente de jovens tem abandonado a perspectiva do estudo e do trabalho. Nesta realidade social, aqui vista como uma tensão entre a estrutura de um sistema capitalista e a estratégia utilizada pelos atores sociais, as propostas educativas e, em particular, da educação profissional assumem diversas perspectivas entre seus motivos declarados e o público a quem alegam atender.

O ensino superior no Brasil inicia com a graduação ou cursos sequenciais, que podem oferecer opções de especialização em diferentes carreiras acadêmicas ou profissionais. É oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica.

O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *strictu sensu* (mestrados e doutorados).

Por regra, para frequentar uma instituição de ensino superior, é obrigatório, pela Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), concluir todos os níveis de ensino adequados às necessidades de todos os estudantes dos ensinos infantil, fundamental e médio.

Para o ingresso em uma instituição de ensino superior, é necessário fazer um vestibular ou ter um bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma prova realizada pelo Ministério da Educação, utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio e cujo resultado serve de acesso a Universidades Públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e do Sisutec.

Vários programas de inclusão do Governo Federal foram elaborados, como o Programa Universidade para Todos – Prouni e o Financiamento Estudantil – Fies. Há também os de iniciativa privada como o Educa Mais Brasil.

A Educação Superior é uma Instituição Social, cujo seu papel fundamental está em formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. Mas, afinal, as Instituições de Ensino Superior Brasileiras têm cumprido esta finalidade?

Infelizmente a quantidade de alunos nestas instituições de ensino não é sinônimo de profissionais aptos ao mercado de trabalho.

Atualmente nos deparamos com uma verdadeira mercantilização no que compete ao Ensino Superior. Critérios econômicos estão se sobrepondo às ações que privilegiem os aspectos sociais. A falta de uma verdadeira seleção para que as vagas dos cursos superiores sejam preenchidas têm sido uma constante, visando basicamente o lucro, sendo estes alunos praticamente quantidade e não a qualidade que é necessária para formar a elite intelectual e científica da sociedade citada acima.

Há que se fazer uma nova pergunta: para que e para quem serve a educação? Serve como meio para adaptar os educandos ao mundo de hoje ou para transformá-lo? Para formar mão de obra qualificada ao mercado de trabalho ou para ser um meio somente lucrativo?

Já preconizava PAIVA (2003) sobre a importância da educação:

A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que detêm o poder quanto para aqueles que pretendem disputá-lo. A diferença, quanto à possibilidade de sua utilização, reside no fato de que os detentores do poder político se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida, os programas a serem promovidos ou estimulados e o conteúdo ideológico dos mesmos. Para os que disputam o poder, a educação é um instrumento somente quando as contradições do sistema, as crises, o clima de efervescência ideológica chegou a um ponto em que programas educacionais podem ser controlados por aqueles que se opõem à ordem vigente. Tamanha importância atribuída ao setor educativo como instrumento de mudança social - associado, portanto, às lutas políticas - só pode ser encontrada em sociedades onde a instrução popular não se generalizou, onde o sistema educacional vigente não absorveu toda a demanda real e potencial por educação elementar. Em sociedades onde o sistema educativo elementar foi universalizado, as possibilidades de utilização ideológica da educação contra a ordem vigente são menores, exatamente na medida e, que - enquanto sistema institucionalizado - a educação serve predominantemente (de forma direta ou indireta) à conservação social, e a luta política se trata noutros níveis. Em tais casos, a educação muda depois que se recompõe o poder político, sem grande participação nessa recomposição.

Diante das sábias palavras de Paiva, fica demonstrado que a educação é um instrumento transformador, e que, justamente por ser tal instrumento, parte da sociedade que se encontra no poder não se interessa em realmente fazer com que exista a educação de qualidade, para que o *status quo* permaneça servindo aos interesses dessa “minoría”.

A educação superior no Brasil está cada vez mais nas mãos de empresas que visam fins lucrativos. Grandes grupos entraram no mercado e detêm quase que um monopólio de aquisições de instituições de ensino superior. O assédio às instituições menores é agressivo, para conseguir comprar e conseguir ainda mais números de vagas e cursos autorizados pelo país.

Fundos de investimentos privados norte-americanos e brasileiros estão por trás desse lucrativo mercado em crescimento, onde corporações e bancos de investimentos estão comprando e integrando instituições de ensino de forma acelerada.

Então se faz outra indagação: diante deste contexto, é possível ocorrer o desenvolvimento em nossa sociedade através da educação?

Sobre desenvolvimento, Amartya Sen (2000), em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, o conceitua como um processo integrado de expansão das liberdades (substantivas interligadas) reais que as pessoas desfrutam.

Apesar de considerar a importância do crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, ou das rendas individuais, estes aspectos aparecem como meio de expansão das liberdades, que também dependem de determinantes como as disposições sociais e econômicas (a exemplo, serviços de saúde e educação) e os direitos civis (como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Sen dirige a atenção para fins que tornam o desenvolvimento importante em vez de se restringir a alguns dos meios que, inter-relacionados, desempenham um papel relevante no processo.

Desta forma, o desenvolvimento requer a remoção das principais formas de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessivo de Estados repressivos.

Infelizmente não é o caso em nosso sistema atual. A carência de oportunidades, mesmo com a formação exigida, é uma realidade em nosso país.

Dupas (2006, pg. 11), em sua obra *O Mito do Progresso* chega à conclusão que o desenvolvimento/progresso é um mito, inclusive realiza severas críticas ao mito do progresso:

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. O saber científico conjuga-se à técnica e, combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico –, não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humana. Mas esse modelo vencedor exhibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso, mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento.

Para o autor, a ideia do desenvolvimento para a melhoria na qualidade de vida das pessoas nada mais é que falácia, pois na prática não é o que ocorre. Melhorias acontecem sim, a um determinado grupo que visa naquela situação a oportunidade de angariar ainda mais lucro, no caso em tela, a educação.

Portanto, fica clara a figura do neocolonialismo nesse processo de dominação, utilizando as instituições de ensino superior como o instrumento para uma grande obtenção de lucros e também para atender aos interesses da minoria que se encontra no poder em nossa sociedade.

### **AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS: TRANSFORMAÇÕES NAS MODALIDADES DE ENSINO?**

Para que realmente mudanças e inovações ocorram dentro do cenário atual, primeiramente deve existir, sobretudo, a vontade real dos governantes e dos grupos educacionais, a fim de proporcionar um futuro de mais oportunidades em nosso país. A educação, certamente, é o viés para que ocorra esta mudança.

Havendo preocupações nesse sentido, deve-se tratar a Educação do Ensino Superior no Brasil de forma sensível e eficaz.

Para se discutir as perspectivas futuras do ensino superior brasileiro devem-se, portanto, analisar duas questões centrais: a possibilidade de transformar a desigualdade social existente e a de traduzir o corporativismo dos grandes grupos econômicos e políticos que hoje paralisa o sistema.

Estas questões estarão condicionadas à expansão do ensino superior em qualidade. As instituições superiores brasileiras são compostas por um alunado bastante eclético: temos aquele que sai da escola e, logo em seguida, vai estudar o 3º grau, e aquele que já possui uma graduação e/ou já está inserido no mercado de trabalho, que há muito tempo não estuda, e só podendo realizar o curso em horário alternativo, o noturno, que tem, portanto, natureza inclusiva.

Porém, ao tratá-lo como forma inclusiva, o curso noturno muitas vezes não é visto como de excelência, pois várias instituições tratam de forma diferenciada seu aluno em relação ao curso diurno, mesmo nas Universidades.

Além da inclusão como instrumento para a modificação, também aspectos curriculares deverão ser observados, pois o ensino superior no Brasil possui uma

característica bastante limitadora para os estudantes: não existe um sistema de ensino baseado em matrizes de uma área do conhecimento.

Atualmente, o cidadão, ao escolher uma graduação, precisa estudar, em média, 4 ou 5 anos de disciplinas, em sua maioria, específicas somente para aquele curso. Por exemplo: se alguém faz bacharelado em Direito (5 anos) e resolve estudar Pedagogia posteriormente, ele terá que estudar mais 4 anos para concluir a pedagogia, começando praticamente do zero. Embora as duas graduações pertençam às ciências sociais e humanas e possuam muitas disciplinas em comum, a matriz curricular dos cursos são elaboradas de forma particular e independente. Algumas disciplinas podem ser eliminadas, mas a maioria não.

Vivenciamos essa experiência na prática, quando recebemos alunos portadores de diploma na Instituição de Ensino Superior em que laboro. No curso de Direito, o aproveitamento geralmente se dá em algumas disciplinas do 1º período, tais como Metodologia do Trabalho Científico e Português. O aluno que já passou 4 anos estudando uma graduação, terá que passar mais 4 anos, no mínimo, estudando outra. Ainda há a preocupação de que só a graduação atualmente é pouco para se consolidar no mercado de trabalho, devendo ele ainda cursar alguma pós-graduação.

Se o ensino superior no Brasil fosse baseado em matrizes de uma área do conhecimento, os estudantes poderiam obter mais de uma graduação em menor tempo, sem prejudicar a qualidade do ensino. Por exemplo: o vestibulando entraria num curso de ciências humanas e sociais, como citado acima, e estudaria 2 ou 3 anos de uma matriz em comum. A partir do 3º ano, ele poderia escolher qualquer profissão na área de ciências humanas e sociais, a exemplo de Direito, Filosofia, História, Letras, Pedagogia, Relações Internacionais, Serviço Social entre outras.

Portanto, se acaso tivéssemos matrizes curriculares mais uniformes, pelo menos nos inícios dos cursos, poderia o indivíduo ter a possibilidade de uma forma mais amadurecida, escolher a profissão (ou profissões) que desejaria seguir.

A aquisição de vários diplomas seria possível de maneira que não dependesse de tanto tempo, pois bastaria estudar as disciplinas específicas daquela profissão.

Na IES que laboro, os cursos de Administração e Ciências Contábeis compartilham de mesma matriz curricular até o 4º período, o que possibilita o aluno de qualquer um desses cursos poder cursar o outro em menos tempo (2 anos), e assim, em 6 anos, obter dois diplomas de graduação (ambos os cursos possuem 4 anos de duração).

Portanto, há de se observar que várias são as possibilidades de integração entre os cursos superiores e melhoria do sistema.

Uniformizando as matrizes curriculares, diminuiria o abandono de cursos e possibilitaria aos jovens tomarem decisões profissionais mais consistentes, bem como, realinharem suas carreiras com as áreas que mais lhe interessam, até porque, diferentemente do que se exigia antes, as pessoas estão cada vez mais se aprimorando dentro da interdisciplinaridade e também da transdisciplinaridade, o que as diferencia dos demais dentro do mercado de trabalho.

Outra mudança, esta já implementada em várias IES em alguns cursos, é a Educação à Distância. Nessa modalidade, o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet. A Educação à Distância no Brasil, conhecida como EAD, tem crescido cada vez mais nos últimos tempos, totalizando, segundo um levantamento de 2014 realizado pela ABED (Associação Brasileira de Educação à Distância), 1.840 cursos regulamentados e oferecidos por 48% das instituições que adotaram o método (EXAME, 2016).

Estes cursos podem ser totalmente à distância, mas também semipresenciais, com aulas em sala e também a distância. A internet hoje é ferramenta essencial na sociedade e instrumento neste novo processo de inovação educacional.

Os defensores do uso da Internet afirmam que a vantagem dela em relação às demais mídias está na questão que aquela apresenta recursos de imagem e som melhor que qualquer livro, que pode ocorrer a interatividade e também diminuir distâncias a um baixo custo, além de proporcionar uma maior diversidade e quantidade de informações no mundo atual.

A crítica está na impossibilidade de uma interação real, onde o aluno e professor não tem contato pessoal, além de não vivenciarem a coletividade de sua turma, tornando o processo mais individualizado e egoísta.

Também a crítica está que nem todos os cursos podem ou devem disponibilizar desta inovação, a exemplo dos cursos na área de saúde, onde o exercício da prática é condição *sine qua non* para o seu aprendizado e formação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar em inovação na educação não é das tarefas mais fáceis. O neocolonialismo se encontra presente, onde interesses são conflitados, como os de ferramenta transformadora de uma sociedade e ferramenta lucrativa por parte de grupos pontuados.

Sabemos que a educação detém o poder de destronar uma racionalidade dominante para introduzir outra, desde que não seja meramente teórica e se vincule a processos efetivos de produção material da existência.

A educação não deve ser tratada como mercadoria. Deve se ter uma conduta consciente de que somente através dela é possível mudar os rumos do nosso país. Uma sociedade mais igualitária, com melhores oportunidades para todos, pois um dos objetivos da educação em nossa sociedade é a construção do sujeito apto para agir de acordo com os preceitos estabelecidos como aceitáveis dentro um contexto social.

Diante de todas essas perspectivas de mudanças e inovações, infelizmente o que se tem observado é a presença de grandes grupos “engolindo” as instituições de ensinos superiores menores, que lutam em proporcionar um ensino de qualidade de encontro à pressão do mercado, com uma concorrência desleal e tratando os ingressantes destas instituições basicamente como números, e não como agentes transformadores na sociedade.

É indispensável que as instituições de ensino tenham clareza de seu projeto político pedagógico, em torno do qual deve prevalecer o consenso de seus educadores. Sem essa perspectiva, as instituições correm o risco de ficarem presas às suas matrizes curriculares, agindo como um mero aparelho burocrático de reprodução bancária do saber.

Reinventar o futuro é começar por revolucionar as instituições de ensino de uma forma geral, transformando-as em um espaço cooperativo no qual se intercalem a formação intelectual (consciência crítica), científica e artística dos alunos, professores, funcionários e suas respectivas famílias, comprometidos eticamente com os desafios de construir um mundo com menos desigualdade social e mais solidariedade humana, que, infelizmente, a lógica mercantilista tenta encobrir.

Definir para quê e para quem serve a Educação do Ensino Superior Brasileira atualmente é observar que, infelizmente, ela está ligada aos grupos econômicos como prática mercantilista.

## REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva.** In: Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.** Primeira edição. São Paulo. UNESP: 2000.

BETTO, Frei. **Para que serve a educação?** Disponível em:

<<http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/frei-betto-1.334186/para-que-serve-a-educac%C3%A7%C3%A3o-1.363021>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, DF. 1996. Disponível em:

<[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou o progresso como ideologia.** São Paulo:

UNESP, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>>. Acesso em de 08 de fevereiro de 2019

EDUCA MAIS BRASIL. Dica de leitura. Disponível em

<<http://blog.educamaisbrasil.com.br/2017/02/prouni-fies-e-educamais-oportunidades.html>> Acesso em 24 de janeiro de 2019.

EXAME.COM. **As vantagens e desvantagens da educação à distância.** Disponível em:

<<http://exame.abril.com.br/carreira/as-vantagens-e-desvantagens-da-educacao-a-distancia/>> Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

FARJADO, Vanessa. **Entenda a reforma do Ensino Médio.** Disponível em

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.** 1ª edição – São Paulo: Boitempo, 2014.

GARCIA, Walter E. **Inovação Educacional No Brasil.** Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=3U\\_oNKlp9OAC&pg=PA63&dq=a+quem+serve+e+a+educac%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil?&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjP9Nvi1tTUAhUDEpAKHZLdD-UQ6AEIVDAI#v=onepage&q=a%20quem%20serve%20e%20a%20educac%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%3F&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3U_oNKlp9OAC&pg=PA63&dq=a+quem+serve+e+a+educac%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil?&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjP9Nvi1tTUAhUDEpAKHZLdD-UQ6AEIVDAI#v=onepage&q=a%20quem%20serve%20e%20a%20educac%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%3F&f=false)>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes sistema educacional brasileiro. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

MONTEIRO, Ana Maria... [et al.]. **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

OBSERVATÓRIO JOVEM. **A Educação técnica: Para que e para quem?** Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/educa%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-para-que-e-para-quem>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** Edições Loyola, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=d4lize1JjAAC&printsec=copyright&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

PIRES, Maria Laura Bettencourt. **Teorias da Cultura.** 2ª edição. Lisboa. Universidade Católica Editora: 2006.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Objetivos da Educação em nossa sociedade.** *Brasil Escola.* Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/objetivos-educacao.htm>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e Educação Técnica: A experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ.** Orientador: Prof. Dr. Paulo César Rodrigues Carrano. Dissertação (Mestrado em Educação), 148 páginas. Campo de Confluência: Diversidade, desigualdade social e educação. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/educa%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-para-que-e-para-quem>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.  
SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

**Dicionário Interativo da Educação Brasileira.** Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionário.asp>> Acesso em 23 de janeiro de 2019  
SISUTECH. Dica de leitura. Disponível em <<http://sisutec.mec.gov.br>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019.

WIKIPEDIA. **Educação no Brasil.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)>. Acesso em 24 de janeiro de 2019.

TRIBUNA DA BAHIA. **Cada vez mais o ensino superior se torna um negócio lucrativo.** Disponível em: <<http://leiamais.ba/2014/07/07/cada-vez-mais-ensino-superior-se-torna-um-negocio-lucrativo>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.